



escrito
indígena

Puruborá: mitos de um povo indígena ressurgido da Amazônia

Puruborá: myths of a indigenous people resurgent in Amazonia

Gisele de Oliveira Montanha*

José Joaci Barboza**

Anatália Daiane de Oliveira***

Resumo: O presente texto é resultado do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) junto à Universidade Federal de Rondônia (UNIR), Curso em Licenciatura em Educação Básica Intercultural, Campus de Ji-Paraná, e tem como objetivo identificar, registrar e analisar os mitos tradicionais Puruborá. O povo Puruborá é um grupo étnico ressurgido da década de 2000 e teve seu primeiro contato em 1909, quando o marechal Rondon comandou os trabalhos da construção da Linha Telegráfica no rio Manoel Correia e criou o Posto Indígena Dois de Maio, demarcando a terra para os e as Puruborá. A metodologia utilizada é a da História Oral, de modo especial a Tradição Oral. Esse trabalho contribuiu para o registro da história e mitologia do povo Puruborá, bem como para o fortalecimento da identidade cultural do povo, o entendimento e o conhecimento sobre a etnia Puruborá. **Palavras-chave:** mitos do povo Puruborá; história oral; identidade étnica; povo ressurgido.

Abstract: This article is the result of the Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) at the Universidade Federal de Rondônia (UNIR), Course Degree in Intercultural Education Basic, Campus Ji-Paraná, and aims to identify, record and analyze the traditional myths Puruborá. The Puruborá people is a resurgent ethnic group in the 2000s and had his first contact in 1909, when the Marechal Rondon commanded the work of the construction of the Linha Telegráfica in the river Manoel Correia and created the Posto Indígena Dois de Maio, marking the land for Puruborá. The methodology used is that of oral history, especially the Oral Tradition. This work contributed to the record of history and mythology of the and Puruborá people, as well as the strengthening of the cultural identity of the people, understanding and knowledge about Puruborá ethnicity.

Key words: people's myths Puruborá; oral history; ethnicidentity; people risen.

* Indígena Puruborá. Graduada em Licenciatura em Educação Básica pela Fundação Universidade Federal de Rondônia (UNIR), Campus de Ji-Paraná. E-mail: gisa_montanha@hotmail.com

** Professor assistente do Departamento de Educação Intercultural (DEINTER) da Fundação Universidade Federal de Rondônia (UNIR), Campus de Ji-Paraná e pesquisador associado ao Grupo de Pesquisa de Educação na Amazônia (GPEA). Mestre em Geografia pela Universidade Federal de Rondônia (UNIR). E-mail: joacijb@unir.br.br

*** Mestranda em Psicologia pela Fundação Universidade Federal de Rondônia (UNIR), Campus de Porto Velho, graduada em Pedagogia pela Fundação Universidade Federal de Rondônia (UNIR), Campus de Ji-Paraná e estudante do Grupo Amazônico de Estudos e Pesquisas em Psicologia e Educação (GAEPPE) e Grupo de Pesquisa de Educação na Amazônia (GPEA). E-mail: discipulaanatalia@gmail.com

1 Introdução

O presente texto é resultado do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentado ao Departamento de Educação Intercultural (DEINTER) da Fundação Universidade Federal de Rondônia (UNIR), Curso em Licenciatura em Educação Básica Intercultural, Campus de Ji-Paraná, e tem como objetivo identificar, registrar e analisar os mitos tradicionais Puruborá.

O povo Puruborá é um grupo étnico ressurgido da década de 2000, no estado de Rondônia e teve seu primeiro contato em 1909, quando o marechal Rondon comandou os trabalhos da construção da Linha Telegráfica no rio Manoel Correia e criou o Posto Indígena Dois de Maio, demarcando a terra para os e as Puruborá.

Anteriormente a seu ressurgimento, esse grupo era considerado extinto pela Fundação Nacional do Índio (FUNAI), sendo estigmatizados como indígenas “mestiços e mestiças”, e por isso, após serem expulsos e expulsas de seu território ancestral, tornaram-se vítimas de um doloroso processo de exclusão e de negação de seus direitos e proibição da identidade indígena. Entretanto esse povo resistiu aos muitos obstáculos impostos e está na luta pela demarcação do seu território, pois essa questão está ligada ao resgate e revitalização de sua cultura e de sua identidade de grupo.

A metodologia utilizada no presente texto é a da História Oral, de modo especial a Tradição Oral. Esse trabalho contribuiu para o registro da história e mitologia do povo Puruborá, bem como, para o fortalecimento da identidade cultural do povo, o entendimento e o conhecimento sobre a etnia Puruborá.

Objetivando proporcionar ao leitor e à leitora uma melhor compreensão acerca deste trabalho, então desenvolvido sob a valiosa orientação de José Joaci Barboza e Anátalia Daiane de Oliveira, ele foi estruturado em cinco tópicos. No primeiro conto um pouco sobre a minha história pessoal, escolar e profissional, destacando a relevância deste trabalho para mim; o segundo relato, um pouco da História do povo Puruborá; no terceiro descrevo a metodologia utilizada para fazer a pesquisa; no quarto relato a importância que o mito tem para o povo Puruborá, por isso, farei a descrição de alguns mitos, entre eles o de origens, da língua e da pintura, e o último tópico apresenta as considerações finais.

2 Identidade indígena Puruborá: contando um pouco sobre a minha história pessoal, escolar, acadêmica e profissional

Inicialmente julgo que seja necessário contar um pouco da minha história escolar e acadêmica, a fim de situar o leitor e a leitora acerca das minhas intenções e da importância do meu Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) para mim e para a minha comunidade indígena.

Falar sobre meus tempos de escola me traz dois tipos de recordações: algumas muito boas, e outras nem tanto assim. Sempre estudei em escolas públicas não indígenas. Nessas escolas, cantávamos o Hino Nacional e o Hino de Rondônia, ficávamos em filas e, em muitas vezes, eu questionava qual era a necessidade de cantar esses hinos, e as respostas não me satisfaziam, pois sempre eram as mesmas: “você é brasileira tem que saber”.

Durante minha trajetória escolar participei de desfiles de sete de setembro, festas juninas, Jogos Escolares de Rondônia (JOER), gincanas, feiras etc. Também estudei as disciplinas do currículo das escolas não indígenas. Destaco que, em nenhum momento da minha trajetória escolar, os conteúdos eram voltados para a interculturalidade. Atualmente as leis garantem o ensino da história indígena em escolas não indígenas; ainda assim, esse tema não tem sido trabalhado como desejamos que o fosse, pois os professores ainda não estão preparados para trabalhar com ele; naquela época, em que não havia a obrigatoriedade da lei, era menos trabalhado ainda.

O único momento que me recorro do trabalho com as e os indígenas do Brasil se dava quando chegava o dia dezanove de abril, em que os professores pintavam os estudantes da sala e diziam que era o Dia do “Índio” ou pediam para colorir desenhos de imagens de “índios” tudo muito diferente da realidade. Infelizmente a imagem indígena ainda é muito distorcida no ambiente escolar.

Tive duas docentes e um docente nos anos finais do ensino fundamental e ensino médio que me marcaram profundamente, pois aprendi com eles a ser pesquisadora, crítica, dinâmica e criativa por causa das metodologias que utilizavam em sala de aula. Por outro lado, tive professores das disciplinas de História e Geografia que eram péssimos e me avaliavam de forma tradicional: textos para ler, pediam que eu fizesse perguntas e respostas. Com isso, refleti e aprendi a não ser acomodada.

Destaco que mesmo a escola sendo não indígena, ensinando valores e conceitos totalmente diferentes dos que conheço hoje, tive uma família que nunca deixou de ensinar e valorizar a minha cultura indígena.

No ano de 2009, prestei o vestibular do Curso de Licenciatura em Educação Básica Intercultural junto à UNIR, Campus de Ji-Paraná. Esse curso, específico para povos indígenas do estado de Rondônia, forma e habilita em nível superior professores e professoras indígenas para lecionar e atender as escolas indígenas de Ensino Fundamental e Médio. O curso habilita em quatro áreas da formação: 1) Educação Escolar Intercultural no Ensino Fundamental e Gestão Escolar, 2) Ciências da Sociedade Intercultural, 3) Ciências da Linguagem Intercultural e 4) Ciências da Natureza e da Matemática Intercultural.

No dia três do mês de novembro de 2009, iniciei a primeira etapa do curso. Aprendi muito sobre a minha própria cultura e a dos demais povos indígenas, pois na minha sala havia dezoito etnias diferentes. No curso, com duração de cinco anos, nos três primeiros fiz o ciclo de formação básica com atuação nos anos iniciais do ensino fundamental e, nos dois últimos anos finais, fiz o ciclo de formação na área específica das Ciências da Sociedade Intercultural, que me habilita para lecionar as disciplinas de História, Geografia, Filosofia, Sociologia e Antropologia.

Essa licenciatura me despertou o interesse e a curiosidade sobre a cultura do meu povo, uma vez que grande parte dos demais acadêmicos falavam suas línguas maternas, sabiam contar as suas histórias, seus costumes e mitos, e eu quase nada sabia do meu povo. Essas experiências me motivaram a querer ser uma pesquisadora sobre minha própria cultura, visando aprender e partilhar o conhecimento sobre o meu próprio povo contribuindo para a valorização da minha identidade indígena.

Também destaco o fato de, até início de 2015, atuar em sala de aula na escola indígena Ywará Puruborá, localizada na nossa aldeia Aperi, sendo que fui escolhida para ser professora da comunidade no ano de 2006, em uma das assembleias que o povo realiza anualmente, mas não fiz o magistério. Então foi nesse curso que aprendi como trabalhar temas culturais indígenas e temas universais em minhas aulas.

A partir de leituras e discussões em sala nas aulas de Temas Fundamentais de Ciências Sociais II em 2013, percebi que o trabalho de campo etnográfico desempenhado pelo pesquisador e pela pesquisadora indígenas pode ser diferenciado do realizado por um não indígenas. As teorias e metodologias podem até ser as mesmas, porém as atitudes, as abordagens e a percepção feitas pelos pesquisadores indígenas são específicas e diferenciadas dos não indígenas.

Destaco que o meu TCC é muito relevante para minha vida acadêmica, profissional e de laço identitário, pois, como sou pertencente ao povo Puruborá, pude pesquisar e aprender mais sobre minha cultura tradicional. Julgo

que, ao ser uma pesquisadora indígena, tenho várias vantagens, entre elas está o fato de fazer minhas interpretações a partir de um olhar de quem vive a realidade da etnia.

Lage (2009, p. 6) afirma:

Após a investigação do universo pesquisado, o antropólogo sistematiza as informações coletadas sobre os informantes, de modo que os textos finais não são mais do que interpretações de “segunda e terceira mão”, pois somente um nativo seria capaz de interpretar a sua cultura em “primeira mão”.

O processo de escrever a própria história deve-se ao protagonismo cada vez mais forte dos povos indígenas frente às lutas, pois, de sujeitos transitórios e incapazes, passaram a protagonistas, tendo autonomia de gerir e manter suas culturas. Ao se preocupar com o conhecimento do passado de seu povo, vêm registrando e recuperando os acontecimentos de forma escrita e utilizando os meios tecnológicos.

Os colonizadores utilizaram a escrita como forma de contar sua visão sobre os povos indígenas sempre descritos como preguiçosos, inferiores, selvagens e traiçoeiros, uma vez que predominava os relatos dos cronistas europeus com o olhar estereotipado e pré-concebido do universo cultural indígena. Mas felizmente essa ótica está sendo repensada em razão da releitura e da valorização de outras fontes históricas. Dessa forma, podemos conhecer o passado por meio de relatos orais, ou seja, os mitos, as histórias e os acontecimentos que os mais velhos nos contam, a memória é valiosa para sabermos sobre a identidade dos grupos indígenas. Esses grupos utilizam da escrita e dos avanços tecnológicos para registrar e guardar os acontecimentos históricos.

Meu TCC é fruto de uma pesquisa que foi motivada por uma atividade da academia, proposta pela professora Edineia Aparecida Isidoro, na disciplina de Oralidade e Escrita, em 2010, uma vez que ela pediu aos acadêmicos que escrevessem acerca dos mitos do surgimento do povo e de Língua Materna.

Ao retornar para a aldeia Aperoí, onde morava, comecei a fazer a minha pesquisa com a ajuda da minha avó Emília Nunes de Oliveira, porém ela disse que não se lembrava dos detalhes dos mitos e que, quem poderia me contar melhor era seu irmão Paulo Aporete Filho, que mora na cidade de Costa Marques, distante da aldeia 150 quilômetros. Por isso, decidi ir até ele e ouvi-lo. Ao chegar à sua casa, perguntei se ele poderia contar-me o que ele se lembrava da nossa cultura indígena. Lembro-me que ele ficou muito feliz e disse que minha ação era muito importante para o nosso povo, porque, se um povo não preserva a sua cultura, ela pode sumir nas próximas gerações.

Fiquei com o Paulo Aporete Filho por mais de uma semana. Esses dias foram muito enriquecedores, pois aprendi muito sobre o meu povo e como a minha cultura é rica e que estávamos perdendo tudo aquilo por não pesquisar e registrar. Fiquei tão entusiasmada que além dos mitos, motivo que me levou até ele, aprendi sobre outros aspectos da nossa cultura como: preparar nossas pinturas tradicionais, o que cada traço simboliza para o meu povo, aprendi outras histórias que somente ele poderia me contar. Como era professora da escola Ywará Puruborá, ao retornar, trabalhei o que havia aprendido junto a ele com os estudantes da escola.

No ano de 2012, fiz um trabalho sobre a História Tradicional do povo Puruborá que foi de ação prática executado na aldeia Aporoi na escola indígena Ywará Puruborá como atividade da disciplina “Estudos na Aldeia V” do curso superior. Esse projeto teve como objetivo revitalizar a História tradicional do povo Puruborá, onde foi trabalhado com os estudantes e membros da comunidade Aporoi.

Durante a Licenciatura Intercultural, fui convidada a participar como colaboradora do projeto “Resgatando a Memória e a História do povo Puruborá”, coordenado pelo docente José Joaci Barboza. Esse projeto foi apresentado e desenvolvido pela UNIR, através do DEINTER, e financiado pelo Programa de Extensão Universitária (PROEXT) e **Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC)**, em 2011/2012 e 2012/2013 respectivamente.

Nesse projeto, tive a oportunidade de participar das entrevistas, o que para mim foi muito importante, pois aprendi e compreendi a minha própria história, de como ocorreu o contato e por que habitamos a região onde moramos atualmente e inclusive outros mitos tradicionais. Ao conhecer tudo isso, percebi que, como membro do povo, era meu dever registrar os mitos para não serem esquecidos e serem conhecidos por todos. Dessa forma, propus ao meu, então, orientador fazer minha pesquisa sobre os mitos tradicionais do povo Puruborá.

Assim, até o presente momento, descrevi um pouco sobre minha identidade indígena, minha história pessoal, escolar, acadêmica e profissional e como surgiu o interesse por essa temática. Na próxima seção, descrevo um pouco da História do povo Puruborá.

3 Um pouco da história e da memória do povo Puruborá

A História relata as mais variadas tragédias que ocorreram na vida dos povos indígenas causadas pelos colonizadores, como: escravidão, guerras,

doenças, massacres, genocídios, etnocídios e outros males que levaram quase ao extermínio completo desses povos tradicionais. O povo Puruborá, como os demais povos originários, sofreu essas consequências, pois foram vítimas de um projeto ambicioso de dominação cultural, econômica, política e militar do Velho Mundo.

Conforme os relatos dos mais velhos da etnia Puruborá, esse povo teve seu primeiro contato em 1909, quando Marechal Rondon comandou pessoalmente os trabalhos da construção da Linha Telegráfica no rio Manoel Correia. Após o contato estabelecido, Rondon os levou para um lugar chamado Colônia ou Posto Dois de Maio junto com outras etnias: Migueleno e Cabixi, deixando-os sob a responsabilidade de José Félix do Nascimento, na época, indicado para administrar a Colônia pelo Serviço de Proteção ao Índio (SPI). Com o falecimento de José Félix de Nascimento, o povo Puruborá solicitou um novo encarregado ao órgão, porém o pedido foi negado pelo fato de serem considerados mestiços, ou seja, não serem mais considerados “índios puros”. Por esse motivo, muitos deles deixaram suas terras ancestrais e passaram a trabalhar para os seringalistas da região; desde então começou o acelerado processo de diáspora dos Puruborá. Em relação a isso, Galucio (2005, p. 160) corrobora: “Os Puruborá viveram nos referidos Postos Indígenas até 1949, ano da morte do chefe dos postos. Após essa data, os Puruborá, já em número bastante reduzido, iniciaram um processo de retirada e abandono da área onde moravam, à procura de trabalho e melhores condições de vida”.

Os Puruborá por décadas sofreram a opressão nos seringais do rio Manoel Correia e do Limoeiro no rio São Miguel, onde, forçados pelo SPI, tiveram que adotar outra cultura, língua, costumes, mitos e tradições. Foram acometidos por doenças como gripe, catapora, caxumba e sarampo, que quase dizimaram o povo, e a convivência obrigada com os seringalistas oriundos da região Nordeste forçou a mestiçagem.

Na mesma linha, Barboza (2012, p. 7) relata, em seu artigo, que uma: “[...] narradora do povo Puruborá afirma que sua mãe que fora criada por José Félix, teve seu casamento arranjado com um seringueiro aos treze anos, e que passou os primeiros meses de casada muito infeliz, tendo de dormir com uma pessoa completamente estranha”.

A etnia Puruborá teve seu território demarcado no início do século XX pelo general Cândido Mariano da Silva Rondon, sendo localizado nos rios São Miguel, São Francisco e Manoel Correia. Sobre isso Galucio (2005, p. 160) enfatiza:

[...] o Marechal Rondon criou dois Postos Indígenas, às margens do rio Manoel Correia, para onde levou os Puruborá. Os marcos definitivos da

área foram sentados pelo próprio Marechal Rondon, em visita subsequente no ano de 1919, e confirmados por Benjamim Rondon no ano de 1925.

Os Puruborá lutam pela redemarcação de suas terras tradicionais, pois na década de 1990, os poucos Puruborá que ainda moravam no seu território tradicional foram expulsos pela Fundação Nacional do Índio (FUNAI) sob a alegação de estarem na fronteira da Terra Indígena Uru-Eu-Wau-Wau e que não eram índios e sim bolivianos; tiveram sua identidade indígena novamente negada pela FUNAI, por isso, se dispersaram na região do vale do Guaporé, Porto Velho, Ji-Paraná, Ariquemes e até mesmo fora do estado de Rondônia.

No final da década de 1990 e início de 2000, o povo Puruborá ressurgiu para reafirmar sua existência e continuidade. Esse povo passou por momentos particulares: seu autorreconhecimento e aceitação de sua identidade como indígenas, sua apresentação como indígenas para a sociedade local, regional e para a FUNAI e, finalmente, sua inserção social em diversas instituições nacionais, internacionais e frente a outros povos. Um fator muito relevante para o ressurgimento foi o fato de as pessoas pertencentes à etnia se reconhecerem e afirmarem como indígenas, tendo o desejo de voltar a morar em seu território tradicional. Sobre isso Luciano (2006, p. 42) comenta: “O processo de reafirmação da identidade indígena e o sentimento de orgulho de ser índio estão ajudando a recuperar gradativamente a autoestima indígena perdida ao longo dos anos de repressão colonizadora”.

Um marco relevante para os povos indígenas foi a aprovação de um capítulo inteiro na Constituição Federal de 1988, que só ocorreu graças às pressões dos movimentos indígenas e indigenistas. Ela reconhece aos indígenas seus territórios, cultura, educação, língua, religião, organização e participação política. Com essa lei, foi afastando-se a ideia de integração e tutela, proporcionando plena cidadania e autonomia, porém as comunidades indígenas continuam lutando pela demarcação ou ampliação de seus territórios tradicionais que foram usurpados, e ainda existem os povos que reivindicam seu reconhecimento como uma etnia indígena depois de terem sido considerados extintos.

De acordo com Amorim (2003) o processo de miscigenação para os povos indígenas ressurgidos é um drama, pois sofrem diversos preconceitos por não terem os traços físicos que a comunidade nacional diz que os índios que eles consideram “verdadeiros” ou “puros” possuem, pois a imagem do índio “autêntico” reforçada pela escola e pela mídia é a do indígena nu ou de tanga, todo pintado usando adornos no meio da floresta, de arco e flecha, tal como foi visto por Pedro Álvares Cabral e descrito por Pero Vaz de Caminha, em 1500. Qualquer mudança nessa imagem provoca estranhamento; dessa

maneira, “congelam” as culturas indígenas e reforçam o preconceito de que as culturas não podem mudar e, se mudam, deixam de ser autênticas. Nesse sentido, Oliveira Filho (1999, p. 7) afirma:

[...] não existe matéria jornalística, filme ou comercial de TV que não suponha que os índios sejam (ou devessem ser) os mesmos que foram descritos pelos cronistas. Uns estão situados na história e caracterizam-se pela complexidade; outros como estátuas, construções acabadas em termos de sociabilidade e humanidade, monumentos de pedra que podem ser destruídos, deformados ou parcialmente danificados – mas que se não o forem se apresentarão sempre idênticos a como foram concebidos.

Toda essa visão é confirmada com a política integracionista que apontava o fim da diversidade cultural dos povos indígenas quando estes, ao se incorporarem à sociedade nacional, anulariam a sua diferenciação étnica e abandonariam sua identidade indígena. O resultado pela falta de conhecimento que se tem pela História indígena é a deformação da imagem do “índio” na escola, nos jornais, na televisão, enfim na sociedade brasileira. Os povos indígenas produzem saberes, ciências, arte refinada, literatura, poesia, música, religião. Não são culturas atrasadas como durante muito tempo pensaram os colonizadores e como ainda pensam muitas pessoas, portanto não existe cultura melhor ou pior, superior ou inferior, o que existe são sociedades com valores diferentes e todos importantes e necessários em seu contexto.

O povo Puruborá está disperso, porém algumas famílias da etnia moram as margens da BR 429 que se localiza no estado de Rondônia, onde reunidos formaram a aldeia Aperi, que está localizada no município de Seringueiras, centro-sul do estado de Rondônia, microrregião de Alvorada do Oeste, aproximadamente a 30 Km de sua sede, no extremo oeste, divisa com o município de São Francisco do Guaporé, nas proximidades da confluência dos rios Manuel Correia e Caio Espínola, na coordenada geográfica Longitude 63°15' e Latitude 11°56' e dista aproximadamente 13 Km do extremo limite sul da terra Indígena Uru-Eu-Uau-Uau.

Na aldeia Aperi, moram doze famílias indígenas e funciona a escola indígena Ywará Puruborá, que foi criada para suprir as necessidades de escolarização dos indígenas, com uma visão de construção da cidadania e valorização da própria cultura e da cultura de outros povos, buscando propiciar a todos seus membros pertencentes e diferentes grupos sociais o acesso ao saber. Ela atende do 1º ao 5º ano do ensino fundamental, sendo que as disciplinas são ministradas em Língua Materna e Língua Portuguesa, escola onde estudam alunos indígenas e não indígenas.

A escola que antes era um instrumento utilizado para desmoralizar as crenças e o modo de ser e de viver dos povos indígenas, impondo outra cultura

e fortalecendo a integração, onde a Língua materna era usada somente para ajudar na interpretação da Língua Portuguesa e que ignorava e sufocava as pedagogias indígenas, hoje é vista na aldeia como um espaço onde a comunidade participa construindo, aprendendo e transmitindo os conhecimentos tradicionais e os conhecimentos universais. Esse espaço é usado para reforçar os projetos socioculturais.

Não existe posto de saúde indígena na aldeia, mas os moradores da aldeia têm o atendimento da Agente de Saúde Indígena (AIS) e também recebem a visita mensal dos técnicos de enfermagem da Casa de Apoio ao Indígena (CASAI) do polo de Jaru. A liderança da aldeia, a cacique Hozana Castro de Oliveira junto com os outros membros da etnia tomam as decisões que são importantes para o povo Puruborá. Outra forma de organização dos moradores da comunidade indígena é a associação Maxajiã, que tem associados Puruborá que moram na aldeia e fora da aldeia.

A comunidade recebe assessoramento das Organizações Não Governamentais (ONGs): Conselho Indigenista entre Índios (COMIN) e o Conselho Indigenista Missionário de Rondônia (CIMI-RO). Essas ONGs ajudaram no reconhecimento da identidade indígena dos Puruborá perante outros povos e órgãos oficiais, cooperam nas organizações das assembleias que o povo faz anualmente na aldeia para as quais são convidados os Puruborá que moram nas diferentes cidades do estado de Rondônia, representantes de outras etnias indígenas e representantes de órgãos governamentais que trabalham na causa indígena.

A etnia Puruborá fez sua primeira assembleia nos dias 16 a 18 de outubro no ano de 2001, no sítio da dona Emília, na BR 429, Km 32, no município de Seringueiras, estado de Rondônia. Esse foi o primeiro reencontro das famílias do povo Puruborá depois de 40 anos de distanciamento. Nessa assembleia, foi realizado o primeiro levantamento linguístico do povo feito pela linguista Ruth Maria Fonini Monserrat, que, junto com os mais velhos, fez um levantamento de aproximadamente 200 palavras e expressões diversas. Foi feito também um documento reivindicando o território tradicional do povo.

As assembleias são momentos em que, com o povo reunido, há as recordações dos momentos tradicionais, os mais velhos contam histórias, fazem documentos com reivindicações à FUNAI, Secretaria Especial de Saúde Indígena (SESAI), Secretaria do Estado de Educação (SEDUC) e ao Ministério Público, as lideranças indígenas fazem explanações de seus trabalhos a favor do povo e contam suas experiências no movimento indígena. Esse momento é muito relevante para o povo Puruborá porque ficam reunidos, fortalecendo a cultura e a luta pelos seus direitos.

O povo Puruborá tem colocado a luta pela redemarcação do território tradicional como uma das reivindicações mais relevantes, pois, somente com a demarcação e proteção do território indígena, a etnia Puruborá poderá garantir a sobrevivência material e cultural enquanto povo. Belém (2008, p. 113) confirma: “Longe de perceber a terra como o espaço onde se possa garantir a sobrevivência material do grupo, a preservação do ambiente é fundamental também à sobrevivência cultural, pois concebe o meio ambiente como um espaço simbólico, habitado por seres visíveis e invisíveis”.

Além de não terem sua terra tradicional demarcada, os Puruborá vêm tendo problemas com o asfaltamento da rodovia BR 429, construções das linhas¹ do município de Seringueiras Zero, Quatro, Sete Pontes e 22 C. Essas obras geraram impactos ambientais e culturais na comunidade Aperi. Esses impactos foram: diminuição da pesca, assoreamento dos rios Manoel Correia e Cabixi, desmatamento das matas para retirada de madeira e terra, produção de lixo e contaminação do ar, do solo e da água. A usina foi construída dentro do território tradicional que o povo vem lutando para demarcar. A falta de sinalização e de construção de quebra-molas na BR 429 na frente da aldeia indígena fez com que o trânsito ficasse muito perigoso, tanto que uma criança indígena sofreu um acidente e seu pé foi lesionado. Em relação à cultura, a construção da BR 429 e das linhas acima citadas contribuiu para severa transformação do espaço tradicional, sendo que alguns lugares sagrados foram destruídos.

Nesse sentido, é importante relatar a história do povo e dos lugares, no entanto, sem perder de vista a redemarcação do território, pois para o povo sem o seu território o significado de outras coisas não tem sentido. Em seu texto, Callai (2005, p. 234) menciona: “Um lugar é sempre cheio de história e expressa/mostra o resultado das relações que se estabelecem entre as pessoas, os grupos e também das relações entre eles e a natureza”. Os moradores da aldeia são proibidos de entrar nos lugares onde faziam as caçadas, pescarias e coletas de frutas tradicionais como patoá, açaí, pequi, castanha e outras porque esses espaços atualmente se constituem de fazendas.

As famílias Puruborá que moram na aldeia Aperi tiram seu sustento por meio da venda do leite para os laticínios da região, tra-

¹ Linhas são estradas que cortam as propriedades rurais. Elas tornam-se de posse do domínio público. Essas estradas são muito utilizadas em Rondônia.

balham por diárias para os fazendeiros locais e/ou cultivam roças de subsistência. Por não terem sua terra demarcada os jovens indígenas saem da comunidade em busca de melhores condições financeiras, o que causa a desagregação familiar, além de que, ao chegar à cidade, encontram uma grande dificuldade por não terem experiências de trabalhos urbanos e, sem estudos suficientes para conseguirem melhores empregos, são empregados em trabalhos que proporcionam poucas condições para uma vida digna na cidade, e o que acaba gerando mais preconceitos e discriminação.

O impulso migratório decorre de causas econômicas, políticas e ecológicas, da falta de terra para os membros Puruborá e da degradação ambiental, uma vez que a área em que está situada a aldeia Aperi é um lugar cercado de fazendas com muitas pastagens, pouca vegetação nativa, o que causa a diminuição da caça. Toda essa situação gera a defasagem da aldeia enfraquecendo a coesão grupal.

Nesse sentido, de acordo com Dardel (2011, p. 50) “O grupo humano, clã ou tribo, é uma coisa só com sua região de origem, emigrar é uma ruptura profunda: um transplante, uma perda de substância”. Isso é o que aconteceu com os e as Puruborá. A obrigação imposta pelo SPI e, posteriormente, pela FUNAI, a deixar o seu lugar de origem, ocasionou aos Puruborá um processo de enfraquecimento de laços identitários, históricos, sociais e culturais do povo, além, das perdas econômicas e territorial.

Na próxima seção, descrevo a metodologia utilizada para fazer a pesquisa, que foi a da História Oral, de modo especial a da Tradição Oral.

4 Metodologia

A estratégia de ouvir pessoas ou testemunhos de determinados acontecimentos para melhor entendê-los já era utilizada por historiadores da Antiguidade, como Heródoto, Tucídides e Políbio. O ano de 1948, foi considerado o início do marco da História Oral moderna porque, nesse mesmo ano, houve a invenção do gravador a fita e também se formou o Columbia University Oral History Research Office, programa de História Oral da Universidade de Columbia, fundado por Allan Nevins e Louis Starr, em Nova York. Nesse período, o Columbia History Office considerava a transcrição como documento original e não a gravação e, privilegiavam o estudo das elites (MEIHY, 2000).

A década de 1960 ocorreu a fase conhecida como História Oral “militante”, na qual os pesquisadores identificaram uma metodologia de “dar voz” às minorias para poder surgir uma História, vinda de baixo. Essa metodologia era diferenciada da década de 40, quando o estudo era focado nas elites, porém algumas práticas da História Oral “militante” acabaram provocando alguns equívocos, entre eles, o de pensar que a entrevista é a própria História, bem como, a ideia transmitida quando se fala dos que vêm de baixo, pois esse argumento pode ser reforçador de preconceitos contra povos que utilizam a oralidade como meio de transmissão de seus conhecimentos (MEIHY, 2000).

No Brasil, surge somente na década de setenta, mas desenvolveu-se somente com o fim do regime militar, o que ocorreu no final da década de oitenta. Nesse sentido, Meihy (2009, p. 142) relata que: “No Brasil, bem como em muitos países da América Latina, tal processo apenas se iniciou tardiamente, nos anos de 1980 com a chamada Abertura Política”. Esse processo tardio foi por causa da falta de tradições institucionais não acadêmicas que não tiveram interesses em desenvolver projetos que registrassem as histórias locais das tradições populares e também, como o país vivia em um período de regime militar, a gravação era tida como um instrumento de delação o que causava muito medo nos possíveis colaboradores. Por outro lado, a repressão militar também favoreceu o aparecimento da História Oral, que se mostrou forte, sendo uma das alternativas para a firmação da democracia.

Para Meihy (2000, p. 46) “a História Oral tem dupla função política, posto que se compromete tanto com a democracia que é a condição para sua realização como o direito de saber que permite veicular opiniões variadas sobre temas presentes”.

Um marco para o surgimento da História Oral no Brasil foi o encontro de especialistas em biblioteca e documentação, promovido pela Fundação Ford em parceria com a Fundação Getúlio Vargas (FGV). Esse encontro tinha a ideia de articular um grupo que pudesse criar uma infraestrutura de documentação para a pesquisa na área de Ciências Sociais, e dele resultou um programa pioneiro da História Oral brasileira dos mais importantes que temos, em vigor no Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) da FGV do Rio de Janeiro, que captava depoimentos da elite nacional, todavia ainda que posto à disposição dos interessados, o valioso acervo do CPDOC não chegou a ser propor um modelo reproduzível (MEIHY, 2000).

Os avanços da sociedade civil em níveis locais que passaram a se preocupar com o registro das trajetórias regionais, a frustração reinante nos meios acadêmicos e o sucesso crescente da História Oral em outros países proporcionaram o sucesso da História Oral brasileira.

Atualmente a História Oral está presente nas diversas disciplinas universitárias e atua diretamente na conduta de museus e arquivos do mundo inteiro; também é praticada entre grupos e comunidades interessados em recuperar e construir a própria memória. Essa democratização deve-se ao fácil acesso dos meios eletrônicos que facilitam a construção, circulação da documentação oral.

A documentação oral para Meihy (2000, p. 12): “[...] é todo e qualquer recurso que guarda vestígios de manifestações de oralidade. Entrevistas esporádicas, gravações de músicas, registros sonoros de ruídos, absolutamente tudo o que é gravado e preservado se constitui em documento oral”.

A História Oral tem como base a entrevista gravada previamente planejada por um projeto de pesquisa determinado, que orienta e organiza a pesquisa em três elementos: o entrevistador e/ou entrevistadora, o entrevistado e/ou entrevistada e a aparelhagem de gravação (MEIHY, 2000).

Assim, ao perceber as enormes lacunas, dúvidas e esquecimentos sobre a etno-história dos povos e, de modo especial, da história dos Puruborá foi que me apropriei dessa metodologia para fazer a pesquisa com o povo Puruborá, de modo especial a Tradição Oral, pois a História Oral é um recurso moderno usado para a elaboração de documentos, arquivos e estudos referentes à experiência social e de pessoas e de grupos.

Meihy (2000, p. 14) afirma:

Por meio da História Oral, por exemplo, movimentos de minorias culturais e discriminadas, especialmente de mulheres, índios, homossexuais, negros, desempregados, além de migrantes e imigrantes, exilados têm encontrado espaço para abrigar suas palavras, dando sentido social às experiências vividas sob diferentes circunstâncias.

A História Tradicional é feita a partir de documentos oficiais, e suas fontes são arquivos históricos constituídos e organizados por órgãos e instituições públicas e da administração. Dessa forma, quase não se encontra a história dos povos indígenas e, quando aparece, os indígenas são vislumbrados de forma estereotipada e genérica como também preconceituosa e discriminatória. Por isso é de suma importância que o indígena “tenha voz” e que os escutem para poder produzir novos conhecimentos históricos através de suas narrativas (FREITAS, 2004).

Durante muito tempo, a sociedade ocidental considerou os povos indígenas como sem história porque não possuíam a escrita. Hoje em dia, reconhece-se que todos os povos têm História, e os historiadores utilizam diferentes documentos, entre eles: os relatos orais, desenhos, ferramentas, utensílios, construções, enfim, outras fontes que favoreçam a compreensão,

representação e comunicação dos modos de viver dessas sociedades. Dessa forma, o documento escrito deixou de ser o único repositório dos restos do passado.

Nesse sentido, Freitas (2004, p. 184) enfatiza: “Podemos trabalhar com informações obtidas sob quaisquer suportes possíveis, do escrito ao iconográfico, da cultura material ao imaginário, do silêncio ao som, do não-dito ao que se fala”.

Se o documento escrito registra pouco sobre o indígena, cabe ao pesquisador buscar novas fontes, e estas estão além do arquivo oficial. Por meio da História Oral, o pesquisador dirige-se por universos extremamente ricos e diversificados, sendo que uma das marcas mais importantes desse tipo de História é a íntima relação com aqueles povos que não detêm o código escrito ou não têm a sua História escrita.

Nesse sentido, para Meihy (2000, p. 93): “É a oralidade que separa a história da memória. É nela que se dá o papel da história oral como mediadora entre uma solução que se baseia em documentos escritos (história) e outra (memória) que se estrutura, quase exclusivamente, apoiada nas transmissões orais”.

Existem imposições éticas que diferenciam a história oral de uma mera entrevista como, por exemplo, não se faz história oral por telefone ou por qualquer outro meio eletrônico. Assim, não se faz a história oral sem o contato pessoal. A moderna História Oral usa deliberadamente o termo colaborador em vez de ator, informante ou objeto de pesquisa (MEIHY, 2000).

Como a pesquisa abordou a metodologia da tradição oral, as entrevistas abrangeram somente as pessoas que são as depositárias das tradições. Todo grupo humano familiar ou não tem alguém, quase sempre entre os mais velhos, que guarda a síntese da história do grupo Paschoal (2002, p. 6) corrobora:

Na maior parte das sociedades indígenas a transmissão dos elementos culturais como a mitologia, os rituais e os costumes é feita oralmente e são os idosos que desempenham essa função fundamental para a sobrevivência dos povos. Os saberes tradicionais englobam vários aspectos da vida nas aldeias, desde a medicina, com as curas através dos conhecimentos dos remédios feitos de ervas e dos rituais xamânicos, até os cantos e as danças para os dias de festas. A valorização das tradições passou a ser mais freqüente, principalmente a partir das organizações políticas e sociais que aconteceram nas últimas décadas para exigir o respeito aos direitos indígenas e a demarcação das terras. Esses processos utilizam os velhos como principais fontes para o resgate cultural das tradições que foram abandonadas e perdidas com o contato com as áreas urbanas.

Dessa forma, os colaboradores foram: a) Paulo Aporete Filho, que é o ancião Puruborá mais idoso, memória viva da história do povo Puruborá, grande

conhecedor dos saberes tradicionais. Ele teve iniciação de pajé ainda criança, falante da Língua Materna e, por conhecer a floresta, ajudou na abertura do pique da BR 429 que liga as cidades de Presidente Médici a Costa Marques;

b) Emília Puruborá, que é a matriarca e representante do povo Puruborá, grande conhecedora da cultura Puruborá, viveu toda a sua vida as margens do rio Manoel Correia onde criou seus filhos e suas filhas, sendo uma deles a Cacique Hozana Puruborá. Ela veio a falecer no dia quatro de abril de 2013, deixando saudades em todos que conviveram com ela.

Destaco que Paulo Aporete Filho e Emília Puruborá são as “bibliotecas” do povo, possuindo um vasto conhecimento tradicional da cultura, por isso é importante fazer as pesquisas com os mais velhos, já que, a cada dia que passa, as tradições e Histórias são esquecidas, uma vez que os sábios vão morrendo e, por isso, perdem-se muitos conhecimentos tradicionais. Valorizar a memória como recurso para estudos sociais abre e ilumina caminhos para a proposição da história oral como campo novo do conhecimento. Nesse sentido, Pinsky (2005, p. 167) relata: “[...]. A memória é essencial a um grupo porque está atrelada à construção de sua identidade. Ela [a memória] é resultado de um trabalho de organização e de seleção do que é importante para o sentimento de unidade, de continuidade e de coerência- isto é, de identidade”.

Nos anos de 2010 e 2012, realizei as entrevistas com Paulo Aporete Filho e Emília Puruborá. As entrevistas com o Paulo Aporete foram realizadas em sua casa na cidade de Costa Marques. Nessas entrevistas, ele falou sobre suas memórias e a cultura do povo Puruborá. As entrevistas aconteceram em momentos distintos, pois, no ano de 2010, fui fazer a pesquisa com o objetivo de saber sobre os mitos e, como conhecer sobre a própria história é muito importante, acabei aprendendo sobre outros aspectos da cultura Puruborá. Ele narrou histórias sobre as festas e as brigas com as outras etnias, fez pinturas e ensinou como preparar as tintas tradicionais. Além disso, fizemos passeio no bosque do município de Costa Marques porque, nesse espaço, havia as plantas que são utilizadas para preparar as tintas; foram momentos gratificantes e, por sermos da mesma etnia, ele pedia que não me esquecesse de mostrar tudo aquilo para os demais integrantes do nosso povo para que a nossa cultura não fosse esquecida.

No ano de 2012, fui, junto com o coordenador do projeto “Resgatando a Memória e a História do povo Puruborá”, José Joaci Barboza, até a casa do Paulo Aporete Filho em Costa Marques, onde realizamos a entrevista. Deixamo-lo à vontade para nos contar sobre suas memórias. Paulo Aporete Filho começou contando histórias sobre sua vida, como era viver no Posto indígena Dois de Maio, sendo que ele foi levado para esse posto ainda criança.

Relatou sobre a cultura do povo Puruborá, quando falou sobre os mitos que eu estava a pesquisar. Ele ficou muito à vontade e nos contava histórias da sua vida desde a época que era criança até a sua vida adulta.

Na aldeia Aperoi, a entrevista realizada com Emília Puruborá teve outro aspecto. Emília Puruborá era muito tímida e não conversava sem a presença da sua filha Hozana Castro de Oliveira, além de que foi difícil conseguir um isolamento com a colaboradora da pesquisa, porque, em uma aldeia indígena, a vida e as atividades ali realizadas eram/são coletivas. Essa entrevista foi feita junto com a da Hozana Castro de Oliveira, e as duas relataram suas memórias de vida, o sentimento e o orgulho de ser pertencente a essa etnia.

As entrevistas para mim foram momentos de entender o meu passado indígena, porque possibilitou que eu compreendesse melhor como os mais velhos viveram e sobreviveram a humilhações de negação de suas identidades indígenas, da proibição de propagar a nossa cultura indígena, as expulsões de nossos próprios territórios tradicionais, as perdas familiares por doenças vindas com o contato com o não indígena. Ouvir esses relatos me possibilitou que eu realmente compreendesse o meu presente como pertencente do povo Puruborá e, assim, valorizar cada vez mais as conquistas que já tivemos e ter mais força e vontade de ficarmos unidos para poder alcançar nossos objetivos.

No próximo capítulo, menciono sobre a importância que o mito tem para um povo indígena, faço a descrição dos mitos Puruborá e relato a relação que a comunidade tem com os mitos de origens do povo Puruborá, da Língua Materna, da Pintura corporal, do fogo e dos alimentos.

5 Mitos

Por meio do contato com os não indígenas, as culturas dos povos indígenas sofreram profundas modificações, uma vez que dentro das etnias se operaram importantes processos de mudanças socioculturais, enfraquecendo, sobremaneira, as matrizes cosmológicas e míticas em torno das quais giravam toda a dinâmica da vida tradicional. Dessa maneira, os indígenas eram obrigados por força da repressão física e cultural a reprimir e a negar sua cultura e identidade como forma de sobrevivência perante a sociedade colonial. Os povos indígenas não tinham escolha: ou eram exterminados fisicamente ou deveriam ser extintos por força do chamado processo de integração e assimilação. Sobre isso Dalmolin (2004, p. 121) confirma:

Não restou alternativa aos povos nativos desta região, pois sobreviver no território de seus antepassados pressupunha assumir esta nova identidade, submeter-se aos exploradores no trabalho escravo, negando sua

identidade e ‘calando’ o uso de sua língua nativa bem como o uso de qualquer manifestação de valores culturais próprios. Foram, portanto forçados a integrar-se à cultura do explorador.

No início do contato, os povos autóctones eram a maioria adaptada culturalmente ao meio em que habitavam, dessa forma eram extremamente importantes como mão de obra barata quase que gratuita para os seringalistas, porque conheciam melhor a região para extração da seringa e, como os seringueiros vindos de outras regiões não conheciam a floresta, eram os indígenas que os ensinavam.

Os indígenas não contavam com uma experiência prévia de intensas relações interétnicas e com os impactos provocados pela violência dos agentes de colonização, que foram por demais severos fazendo com que vários povos tradicionais perdessem sua Língua Materna, costumes, mitos e tradições. O contato entre povos indígenas tem feito com que ocorra uma troca de conhecimentos onde um aprende com o outro, pois as sociedades indígenas são complexas, e suas culturas, heterogêneas e diversificadas.

De acordo Eliade (2002), há muito tempo estudiosos ocidentais vem estudando o mito, mas o veem com uma perspectiva que se diferencia do entendimento que as sociedades indígenas têm. Para as sociedades indígenas, o mito narra uma história verdadeira com caráter sagrado e significativo, transmitida de uma geração a outra, gravada na memória dos que contam e dos que ouvem, não possui datas precisas e únicas. Para os ocidentais, os mitos têm uma acepção de fábula, invenção e ficção, histórias contadas para entreter um grupo ouvinte. Dessa maneira, é muito difícil ter uma definição de mito que seja aceita tanto para os povos indígenas e para o não indígena. Esse autor enfatiza: “O mito é uma realidade cultural extremamente complexa, que pode ser elaborada e interpretada através de perspectivas múltiplas e complementares” (ELIADE, 2002, p. 11).

As mitologias e os conhecimentos tradicionais acerca do mundo natural e sobrenatural orientam a vida social, os casamentos, o uso de extratos vegetais, minerais ou animais na cura de doenças, as divisões hierárquicas entre grupos, além de muitos hábitos cotidianos. Por isso é de suma importância revitalizar os mitos tradicionais, pois eles orientam a vida de um povo tradicional.

Os mitos são importantes para um povo e, como a etnia Puruborá utilizava mitos de outras culturas por não terem os seus registrados, a presente pesquisa é de grande relevância, pois fez os registros dos mitos originais, a existência e os aspectos dos seres sobrenaturais. Perder tudo isso seria terrível para um povo que busca revitalizar suas tradições. Resolvi fazer esse projeto de pesquisa, porque será de grande valia para mim e para a sociedade, pois

como Paulo Freire (1996, p.31) relata: “[...] pesquisa para conhecer o que ainda não conheço e comunicar ou anunciar a novidade”.

Os mitos são de suma relevância porque são eles que transmitem conhecimentos e explicam fatos que a ciência ainda não havia explicado e, apesar de terem um conceito não definido de modo preciso e unânime, constituem uma realidade antropológica fundamental, pois não só representam uma explicação sobre as origens do homem e do mundo em que vive, como traduzem, por símbolos ricos de significado, o modo como um povo ou civilização entende e interpreta a existência. Os mitos, acima de tudo, são narrativas de acontecimentos cuja veracidade não é posta em dúvida pelos membros de uma sociedade, pois trazem representações de ocorrências fabulosas com que se procura dar sentido ao mundo.

As narrativas míticas têm mais a ver com o presente do que com o passado de uma sociedade. Embora narradas no pretérito, não deixam de refletir o presente seja no que diz respeito aos costumes, seja nos elementos mais palpáveis como os artefatos, refletem tanto a situação social presente em que está inserido e que modifica quando é transmitido de uma sociedade para outra. Rocha (1999, p. 7) menciona que o mito “[...] serve para significar muitas coisas, representar várias ideias, ser usado em diversos contextos”.

Melatti (2007, p. 185), afirma que:

Toda sociedade indígena tem uma ideia própria a respeito do Universo. Seus membros sabem dizer qual a forma do Mundo, quem o criou, se foi criado, como os homens aprenderam a cultivar a terra e fabricar instrumentos, qual a posição de sua sociedade diante das demais, quem instituiu suas regras sociais. Muitos desses acontecimentos estão em seus mitos.

Com essa pesquisa, pretendo trazer à tona informações provenientes de tempos antigos e que têm a ver com temas que sempre deram sustentação à vida humana e construíram civilizações. Pretendo também contribuir para o fortalecimento da identidade cultural, salvaguardar e valorizar os mitos tradicionais do povo Puruborá.

Nesse sentido, de acordo com Mindlin (1998, p. 20): “O registro dos mitos é um caminho para a afirmação cultural, para lembrar a riqueza da diversidade entre sociedades e o direito de manter tradições diferentes”.

Conhecer os mitos do povo Puruborá foi um meio de forjar um instrumento que o ajude a revitalizar sua cultura e que contribua com a luta política do povo.

5.1 Mito de origem do povo Puruborá

Nos tempos antigos, uma índia da tribo Puru namorava escondido do seu marido com um índio da tribo Onça. Quando eles faziam a relação sexual, o índio transformava-se em uma onça, quando eles terminavam, o índio transformava-se em humano novamente.

Em certo dia, a índia foi namorar o índio da tribo Onça e ela viu que o índio transformava-se em onça, ela ficou com muito medo e começou a gritar, o marido dela chegou ao local onde eles estavam e matou a onça. Quando a onça estava morrendo, ela se transformou em índio novamente. Nesse momento todos descobriram que os indígenas da tribo Onça transformavam-se em onça quando faziam relação sexual.

Quando tudo isso aconteceu, as duas tribos Puru e Onça uniram-se e formaram a tribo Puruborá que significa aquele que se transforma em onça.

Os mitos de origem explicam muito sobre os hábitos do povo Puruborá, os mais velhos contam que qualquer pessoa da etnia podia se transformar em onça, mas somente os pajés se transformavam em qualquer animal; porém, quando queriam fazer pajelanças de curas, transformavam-se em onça, os mitos das Origens tem uma conectividade. Esses mitos transmitem registros de lembranças e acontecimentos, as referências de parentescos, a existência e os aspectos dos seres sobrenaturais, as regras que o povo deve seguir. Cada mito traz explicações em seus contextos que são aceitos e verdadeiros para a etnia.

5.2 Mito de origem da Língua Puruborá

A Língua Puruborá surgiu no tempo em que somente os animais falavam. Uma onça encantada transformou-se em uma mulher que falava a Língua Puruborá. Até antes disso, os indígenas falavam somente com gestos. Um índio Puru casou-se com a índia Onça encantada que falava a Língua Puruborá. Os dois formaram uma família, e os filhos que nasciam desse casal falavam a Língua Puruborá. Desde então, todos da tribo Puruborá falam a Língua Puruborá.

5.3 Mito da pintura corporal Puruborá

Nos tempos antigos, o povo Puruborá não se pintava, até que certo dia uma índia encantou-se por uma cobra e começaram a namorar, desse namoro a índia ficou grávida e quando seu filho nasceu o seu corpo estava todo pintado. A partir desse dia, surgiram as pinturas tradicionais do povo Puruborá.

No povo Puruborá, tanto o homem quanto a mulher podem fazer as pinturas corporais. Mas temos algumas restrições: A) mulheres grávidas com menos de quatro meses não podem ser pintadas, pois a criança nasce com as manchas do animal que foi pintado no corpo da mãe, e essas manchas ficam no corpo da criança o resto da vida; B) crianças menores de dois anos também não podem usar as pinturas corporais pelo fato de sua pele ser muito sensível e a tinta ser muito forte, ocasionando doenças de pele como alergias, hanseníase e micoses.

As matérias primas utilizadas para confecção das tintas são: jenipapo verde, mas não pode ser o jenipapo da beira do rio, urucum, óleos de castanha, coco jaci, babaçu e cumaru ferro. O povo tem um modo especial para fazer a preparação da tinta de jenipapo e do urucum; deve-se cortar a fruta do jenipapo ao meio e separar a polpa branca das sementes, cozinhar essas sementes e a casca da fruta e, quando elas tiverem parecidas com mel, estará pronta a tinta. A tinta de urucum é feita a partir da separação das sementes, que devem estar secas, para depois serem trituradas bem até virar um pó. Frita-se esse pó com óleo de castanha ou de coco ou de cumaru ferro, quando estiver parecido com uma massa de pão, pode tirar do fogo, enrolar essa massa na folha da sororoca uma planta nativa das folhas redondas, depois de fria, desenrolar e estará pronta para pintar o corpo. Cada povo tem seus modos específicos de confeccionar as tintas, as partes do corpo que devem ser pintadas, quem deve fazer as pinturas, a idade que as pessoas podem ser pintadas, que desenhos são feitos, os da guerra, da festa e do cotidiano.

Somente algumas partes do corpo são pintadas como o rosto, braço e costas, porém o dorso da coluna vertebral não pode ter desenhos. As representações dos desenhos são de gavião, cobra, borboleta, arara, maracanã, papagaio e onça. Antigamente, quando todos ficavam pintados de onça e gavião, a aldeia estava em guerra. Os outros desenhos são do dia a dia. O que diferencia o povo Puruborá dos outros povos é a pintura corporal da onça. Os desenhos usados no corpo não são usados nas cerâmicas, elas não são decoradas. Para fazer os desenhos no corpo, são utilizados pincéis feitos dos pelos da cutia e porquinho, envira do tucum ou estilete feito do olho da palmeira naja, e as manchas da onça são feitos com algodão. Com exceção de desenhos de riscos, jamais são feitos desenhos na face, pois os Puruborá não fazem desenhos na face porque são onças.

Cada povo tem seus modos específicos de confeccionar as tintas, as partes do corpo que devem ser pintadas, quem deve fazer as pinturas, a idade em que as pessoas podem ser pintadas, que desenhos são feitos, os da guerra, da festa e do cotidiano. E essas regras são explicadas no mito.

5.4 Mito da origem dos alimentos

Os alimentos surgiram quando apareceu o primeiro homem no mundo. Somente existia no mundo uma pessoa e vivia sozinha, não existia terra, tudo era água. Certo dia Wabaj² disse para o primeiro homem: “vai construir e produzir”. Não havia também dia, era só noite, treva. Wabaj falou para o primeiro homem: “agora você procura seu lugar pra trabalhar. Já tem o dia, que não tinha, as águas estão divididas e essas matas são para você plantar o que quiser”. As primeiras plantas foram: batatas, carás, inhames, carás roxo, taiobas e a macaxeira. O primeiro homem só se alimentava desses alimentos. Passado uns anos, Wabaj voltou para ele, porque o homem já não estava no céu, falou pra o índio que fosse tirar palmito do tucumã e levasse uma vasilha. Quando o índio foi tirar o palmito do tucumã, o espinho furou sua mão. Quando furou o sangue saiu, ele pegou a vasilha e o sangue que saía dele era as sementes. Wabaj disse para ele: você vai plantar semente por semente, delas nasceram as espigas e formaram o milho, dessas sementes nasceram o milho mole, o milho branco, milho preto, milho roxo e o milho duro. A última planta que saiu que nós temos hoje no mundo é o milho.

O povo Puruborá tem uma relação muito forte com a terra, para essa etnia a terra é sagrada porque nela vivem e cultivam as roças para ter seus alimentos e seus remédios, os mais velhos contam que antigamente o povo fazia grandes roças. Organizavam-se em mutirões para abrir e queimar os roçados, as roças eram coletivas, não tinham cercas que separavam uma roça da outra e não havia brigas sobre os alimentos. Quando estavam na época de plantar e colher, todos participavam, crianças e adultos. Nessa época, faziam fogueiras quando os mais velhos contavam histórias, cantavam músicas e assavam batata, mandioca e milho para comerem. Assim eram as festas da roça. O povo Puruborá usava as tornozeleiras somente nas festas da derrubada da roça. Até hoje o povo Puruborá faz a festa do milho verde com frango, em que as famílias da aldeia Aperi se reúnem para partilhar o almoço; é um momento de grande alegria e de confraternização.

6 Considerações finais

O presente texto se constituiu em identificar, registrar e analisar os mitos tradicionais do povo Puruborá e possibilitou-me perceber que as mitologias trazem diversos conhecimentos sobre a vida social e explicam muitos hábitos

² Wabaj é uma palavra na Língua Puruborá que significa Deus para os e as ocidentais.

cotidianos desse povo. Nesse sentido, escrever a História do meu povo me ajudou a ter um maior conhecimento sobre a minha cultura.

Meu objetivo é que este trabalho venha a contribuir com o fortalecimento identitário do meu povo, pois, através desta pesquisa, a comunidade pode revitalizar e resgatar as Histórias e Memórias. Julgo que é conhecendo o passado que se entende o presente, favorecendo assim a compreensão, a representação e a comunicação dos modos de viver do grupo ao longo dos tempos, considerando que essas perdas não foram ocasionadas por vontade do povo, mas forçadas pelos não indígenas e pelas situações que fizeram esse povo assimilar elementos de outra cultura.

Acredito que esta pesquisa pode se constituir numa ferramenta que incentive o fortalecimento da luta do povo pela demarcação do seu território ancestral, porque somente com o seu território demarcado é que os Puruborá voltarão a ficar reunidos e mais fortes para batalhar pelos seus direitos, revitalizar a sua cultura e cidadania e fortalecer a sua identidade.

A pesquisa pode proporcionar o entendimento e o conhecimento sobre a etnia Puruborá para indígenas e não indígenas, a qual foi considerada extinta pela comunidade nacional até a década de 1990, e, por isso, pouco se tem escrito sobre esse povo, porém têm sido realizadas pesquisas sobre a educação e o território tradicional do povo Puruborá.

Foi possível perceber que esta pesquisa que aqui se encerra foi apenas um primeiro momento para iniciar um grande trabalho de revitalização e promoção da cultura do povo Puruborá, uma vez que, acredito, as pesquisas sobre o meu povo não terminam aqui e que se tem muito ainda a ser pesquisado.

Vejo a necessidade de aprofundamento e reflexão sobre as questões de ressurgência e reconhecimento que conseqüentemente estão ligadas no processo de luta pelos direitos. Dessa forma, o Povo Puruborá nasce e renasce quando estão unidos e é conhecendo os mitos que aprendem o segredo da origem das coisas, onde encontrá-las e como fazer com que reapareçam quando estiverem desaparecendo.

Referências

AMORIM, Siloe Soares de. *Índios ressurgidos: a construção da auto-imagem os tumbalala – Os Kalankó, os Karuazu, os Catókinn e os Koiupanká*. 2003. 301f. Dissertação (Mestrado em Multimeios) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP.

BARBOZA, José Joaci. *Puruborá: narrativas de um povo ressurgido na Amazônia*. In: ENCONTRO NACIONAL DE HISTÓRIA ORAL, 11., Rio de Janeiro, 2012, Instituto de Filosofia e Ciências Sociais/Instituto de História da Universidade Federal do Rio

de Janeiro. Disponível em: <http://www.encontro2012.historiaoral.org.br/resources/anais/3/1339991713_ARQUIVO_PuruboraNarrativasdeumPovoRessurgidonaAmazonia.pdf>. Acesso em: 2 ago. 2013.

BELÉM, Ivan César Corrêa do. *Mitos africanos e pantaneiros nos círculos de aprendizagens ambientais*. 2008. 151f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, MT.

CALLAI, Helena Copetti. Aprendendo a ler o mundo: a Geografia nos anos iniciais do Ensino Fundamental. *Cad.Cedes*, Campinas, SP, v. 25, n. 66, p. 227-247, maio/ago. 2005. Disponível em: <www.cedes.unicamp.br>. Acesso em: 20 jul. 2012.

DALMOLIN, Gilberto Francisco. *O papel da escola entre os povos indígenas: de instrumento de exclusão a recurso para emancipação sociocultural*. Rio Branco, AC: Edufac, 2004.

DARDEL, Eric. *O homem e a terra: natureza da realidade geográfica*. São Paulo: Perspectiva, 2011.

ELIADE, Mircea. *Mito e realidade*. 6. ed. São Paulo: Perspectiva, 2002.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREITAS, Edinaldo Bezerra. Fala de índio, história do Brasil: o desafio da etno-história indígena. *Revista História Oral*, São Paulo, n. 7, p. 181-197, jun. 2004.

GALUCIO, Ana Vilacy. Puruborá: notas etnográficas e lingüísticas recentes. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi*, Belém, v. 1, n. 2, p. 159-192, maio/ago. 2005.

LAGE, Giselle Carino. Revisitando o método etnográfico: contribuições para a narrativa antropológica. *Revista Espaço Acadêmico*, Maringá, v. 9, n. 97, p. 3-7, jun. 2009.

LUCIANO, Gersem dos Santos. *O índio brasileiro: o que você precisa saber sobre os povos indígenas de hoje*. Brasília: MEC/SECAD/LACED/Museu Nacional, 2006.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. *Manual de história oral*. São Paulo: Edições Loyola, 2000.

_____. Palavras aos jovens oralistas. Oralidades. *Revista de História Oral*, São Paulo, ano 2, n. 3, p. 141-50, jan./jun. 2009.

MELATTI, Julio. *Índios do Brasil*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2007.

MINDLIN, Betty. *Moqueca de maridos: mitos eróticos*. 2. ed. Rio de Janeiro: Record, 1998.

OLIVEIRA FILHO, João Pacheco de. *Ensaio em antropologia histórica*. Rio de Janeiro: Editora URFJ, 1999.

PASCHOAL, Guto. Anciões transmitem cultura indígena. *Revista eletrônica de jornalismo científico (ComCiência)*, Campinas, SP, v. 3, n. 35, p. 1-3, set. 2002. Disponível em: <<http://comciencia.br/reportagens/envelhecimento/texto/env06.htm>>. Acesso em: 13 ago. 2013.

PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). *Fontes históricas*. São Paulo: Contexto, 2005.

ROCHA, Everardo. *O que é mito*. São Paulo: Brasiliense, 1999.